

Ordem Social, na pauta de hoje

A Comissão de Sistematização começa a votar hoje o Título VIII — Da Ordem Social — dividido em 8 capítulos e 42 artigos subdivididos em muitos parágrafos, itens e adendos. O capítulo dos índios deverá ser um dos mais polêmicos pois condiciona "à autorização prévia do Congresso Nacional a exploração das riquezas minerais em suas terras após ouvidas as comunidades afetadas", além de obrigar a destinação de percentual sobre os resultados da lavra

em benefício dos indígenas e do meio ambiente.

Fazem parte da ordem social os seguintes capítulos: seguridade social englobando saúde, previdência social e assistência social; educação, cultura e esporte; ciência e tecnologia; comunicação; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso; e índios. O Título VIII começa pelo art. 222 do 2º projeto de Constituição do relator, Bernardo Cabral, enfatizando que "a ordem social tem como base o primado do trabalho e como

objetivo a justiça social". E termina no art. 264.

No capítulo da seguridade social deverá continuar gerando muita polêmica a questão da base de financiamento do sistema, embora tenha caído a proposta original de formação de um fundo de seguridade social ao qual seriam vinculadas todas as contribuições provenientes de impostos, inclusive as destinadas ao Sesi, Sesc, Senac e Senai — que mais protestos ganhou por parte dos constituintes.

A UDR promete partir para o corpo-a-corpo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, prometeu ontem partir para o ataque após o revés sofrido na Comissão de Sistematização da Constituinte. "O projeto aprovado pela Sistematização destrói o setor produtivo primário ao condicionar o direito de propriedade rural à função social da terra. A partir de agora vamos partir para um trabalho de corpo-a-corpo no Congresso Nacional e junto às bases daqueles que se dizem representantes dos produtores rurais e que os traíram", assegurou Caiado.

"Eu vou trabalhar 24 horas por dia para sensibilizar os constituintes de que uma ditadura como essa não pode ser implantada no campo", disse Ronaldo Caiado. Ele afirmou que a aprovação da emenda do deputado Jorge Haje (PMDB-PA) traz intransigência para o homem do campo por ser essa, segundo sua avaliação, "uma reforma agrária de cunho ideológico, quando ela deveria ser baseada em pareceres técnicos". Caiado disse ainda que, tal como está concebida, a reforma agrária representará

um grande desestímulo à realização de novos investimentos no setor agro-pecuário.

O presidente da UDR disse que a partir de agora os trabalhos da entidade irão se somar aos que vêm sendo realizados pela Frente Nacional da Livre Iniciativa. "Vamos reavaliarmos o quadro e adotar uma tática conjunta, inteligente e, sobretudo, levar esse trabalho às bases dos segmentos liberais da sociedade", disse Ronaldo Caiado. O principal objetivo dessa iniciativa conjunta, segundo ele, será acertado na primeira reunião da Frente Nacional da Livre Iniciativa, que definirá data e local para a realização de uma grande manifestação, na qual a UDR acredita contar com a participação de cerca de dois milhões de pessoas.

"Essa manifestação reunirá todos os segmentos da sociedade que querem guardar independência com relação ao Estado", assegurou Caiado que, numa rápida avaliação da derrota sofrida, reconheceu ter sido um dos pecados da entidade o de confiar em políticos que colocam seus interesses pessoais acima dos compromissos assumidos com as bases. Ele afirmou acreditar, no entan-

to, que essa derrota poderá ser revertida e disse acreditar que o plenário da Constituinte se dará conta "do absurdo que foi aprovado pela Sistematização".

"Estamos fazendo um levantamento para saber quem são os liberais e quais defendem idéias estatizantes. Eu reconheço e respeito os adversários, mas tenho nojo do fisiologismo, dos traidores", disse ele, para acrescentar que a entidade não pode trabalhar com homens indefinidos e "grupos por eles comandados", numa clara alusão ao senador José Richa (PMDB-PR).

Para o ministro da Reforma e Desenvolvimento Urbano, Jader Barbalho, maior proteção às pequenas e médias propriedades é o que falta para o texto constitucional ficar perfeito. A seu ver, o texto aprovado terça-feira pela Sistematização é bom, "o que não significa que o plenário não possa sair texto ainda melhor". Para melhorá-lo, segundo Jader, bastaria incluir algumas regras do Decreto-Lei nº 2.363 de Sarney, principalmente no que diz respeito à exclusão definitiva das pequenas e médias propriedades da reforma.

Resultado no painel sai antes do voto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O sistema eletrônico de votação tornou-se, ontem à tarde, a principal figura de uma esvaziada reunião que estava sendo feita pela Comissão de Sistematização, destinada apenas a votar destaques individuais. Mas, quando um deles — a emenda do deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) referente à participação de trabalhadores na administração de empresas estatais — estava sendo votado, o deputado Gérson Peres (PDS-PA) interrompeu a sessão. Indignado, ele afirmou que nem tinha tido tempo de sentar-se e acionar os botões do sistema eletrônico e o seu nome já aparecera no painel, com o voto "sim", quando pretendia votar "não". Por isto, Gérson Peres alegou que alguém usara seu código de votação, ou então, que havia falha no computador.

O seu gesto, porém, provocou a reação imediata de alguns dos presentes. "Não quero pôr em dúvida a palavra do deputado Gérson Peres — interveio o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), mas peço à Mesa que mande apurar o que está acontecendo, porque é estranho que isso aconteça com ele. Está se procurando criar dificuldades para as votações." Já o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR) interveio: "Dou meu testemunho que Gérson Peres chegou atrasado à sua cadeira e não votou".

Afonso Arinos, que presidia a reunião, depois de ter ouvido atentamente todas as intervenções, decidiu que a culpa devia ser mesmo do computador. "As reclamações até agora produzidas — disse — não permitem levantar outras suspeitas. Parece caso de falha natural do sistema. É erro da própria máquina, que não tem sentimento nem senso moral. É o grande problema da civilização tecnológica... Quando estiver em votação o sistema de governo, vou fazer chamada nominal."



Peres não votou e o painel dava seu voto como dado. Alencar Monteiro

Comissão aprova usucapião rural

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem, por 68 votos contra sete e uma abstenção, a instituição do usucapião rural, aos cinco anos, em áreas não superiores a 50 hectares. A emenda aprovada é de autoria do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) e resultou de acordo firmado entre xiitas e liberais.

A emenda será incluída onde couber no substitutivo do relator Bernardo Cabral no capítulo da Reforma Agrária, e sua redação é a seguinte: "Todo trabalhador ou trabalhadora que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar por cinco anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a 50 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho ou de sua família, e tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, me-

diantes sentença declaratória devidamente transcrita".

Ainda em decorrência do acordo entre xiitas e parlamentares do centro, foi aprovada outra emenda do deputado Vicente Bogo, suprimindo todo o artigo 220 do substitutivo de Bernardo Cabral. A supressão desse dispositivo foi a contrapartida do envio, para a lei complementar, da questão da imissão na posse das áreas desapropriadas, aprovada ontem.

A medida era do interesse da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura e foi aprovada por 75 votos contra apenas um voto do deputado José Lins, que depois foi ao microfone explicar que se manifestou equivocadamente, pois na verdade queria ter votado a favor. A Comissão de Sistematização rejeitou ainda emenda de autoria do senador e presidente do PSB, Jamil Haddad, reservando pelo menos 20% das propriedades rurais para produção de alimentos de primeira necessidade.

Sistematização não é Constituinte

IRAPUAN COSTA JÚNIOR

Publicou uma conceituada revista semanal, em abril de 84, importante pesquisa de opinião sobre a credibilidade de nossas instituições. Lideravam-na, como entidade mais confiável, os Correios. Seguíam-nos, mais ou menos de perto, os professores, a Igreja e os médicos. Em último lugar, como a mais desacreditada das instituições pesquisadas, figurava o Congresso Nacional.

Ganhamos este campeonato às avessas, este triste perde-ganha em 1984 e pelo que tenho visto, lido e ouvido, ainda pior estaríamos se hoje se repetisse a pesquisa. Que causas nos levam a guardar este vexame, nós do Congresso constituinte, que necessitamos ser acreditados para que respeitada seja a Constituição que advirá de nossos trabalhos? Não será difícil identificar pelo menos duas causas, uma distante e outra próxima, e ambas devidas à atuação de uma minoria de congressistas.

A distante: Foi a nova Constituição bandeira mal levantada desde o início, pois o foi como bandeira da salvação, que, ao invés de mastro, dispunha de vara de condão, passível de resolver todos os problemas econômicos e sociais do País. Faltou aos que primeiro a levantaram — e foram as esquerdas que o fizeram —, no afã de socializar pela lei, a honestidade de apresentá-la como código, como diretriz que realmente é e não como panacéia. Nesta panacéia, ninguém acredita mais.

A próxima: É preciso deixar claro, desde já, que a Comissão de Sistematização é um colegiado falso, na sua pretensão de representar a Constituinte e, tanto ou mais, falso na sua pretensão de interpretar o sentimento nacional. Explico: mais de um terço de seus membros são relatores de subcomissões e comissões escolhidos dentro do PMDB pela vontade pessoal do senador Mário Covas. Por razões ainda não bastante claras, Covas os escolheu entre os mais radicais da esquerda do partido, salvo uma ou outra exceção. Vários foram recusados, até por escrito, nas suas respectivas subcomissões, por seus próprios companheiros de partido, e mantidos à força pelo líder. São quase todos homens cuja visão do Brasil não coincide com o espírito conciliador e democrata do povo brasileiro, e cuja interpretação paternalista da questão social e estatizante da questão econômica está expressa nos estranhos artigos que estão produzindo. Em resumo, não vem da Comissão de Sistematização um esboço de código interpretativo de consciência e da vontade nacional, mas um misto de irrealidades e de recalques, que não podemos aceitar. Os exemplos estão aí:

1) A Comissão de Sistematização adotou a afinabilidade dos crimes de terrorismo e tráfico de drogas. Inafiançável ficou só tortura. E que, para o radical de esquerda, o torturador é inimigo, o terrorista é amigo e o traficante é ináfte-

rente. Pensa assim o povo brasileiro?

2) Foi abolida a censura. Interessa isto à família brasileira?

3) Estabeleceu-se a impenhorabilidade das pequenas propriedades como nova arma na luta de classes. A única conquista dos pequenos proprietários com esse artigo não será a da ausência de créditos?

4) Adota-se uma estabilidade no emprego para empresas acima de dez empregados. Aqui, as esquerdas se ultrapassaram. Fizeram o que não desejam os empregadores, os empregados (vide os mais representativos e apertados líderes sindicais) e o governo. Implantou-se a vontade de uma minoria que ignora a essência das questões empresariais e as consequências de sua incoerência.

Outros exemplos existem. Outros exemplos existiram até que esta comissão termine seus trabalhos.

Para finalizar, acrescentemos outra razão para o descrédito da Constituinte. Quantos constituintes se preocupam mais com os postos que disputarão amanhã e agem em função disso? Quantos há candidatos a presidente da República? E a primeiro-ministro? E a governadores de seus estados?

A percepção popular costuma ser grande. Daí o desencanto do povo. Mas o plenário está aí — e a Comissão de Sistematização não é a Constituinte. Irapuan Costa Júnior é senador (PMDB-GO).